

EMBRIÃO SENTIMENTAL DO REPUBLICANISMO: A BUSCA DE JOÃO RIBEIRO PELO ESPÍRITO NACIONAL BRASILEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

SENTIMENTAL EMBRYO OF REPUBLICANISM: JOÃO RIBEIRO'S SEARCH FOR THE BRAZILIAN NATIONAL SPIRIT IN THE FIRST REPUBLIC

Rogério Rosa RODRIGUES¹

RESUMO: A busca pelas matrizes históricas do republicanismo brasileiro foi objeto de investigação e de conflitos entre intelectuais brasileiros, em especial entre aqueles que testemunharam e analisaram o desenvolvimento do regime político nas primeiras décadas de sua vigência. *História do Brasil: curso superior*, escrito pelo intelectual sergipano João Ribeiro, é considerado um dos primeiros manuais de ensino de história a incorporar os ideais republicanos nacionais em vigor no país após a derrubada da monarquia. O artigo investiga o papel do posicionamento intelectual de Ribeiro na construção de uma genealogia da república no Brasil. A fonte de referência para esta análise é o seu manual didático, em especial o texto introdutório escrito no ano de 1900 e o capítulo em que João Ribeiro analisa os episódios da história do Brasil Colonial considerados uma espécie de embriões do espírito nacional. Entre os movimentos, constam a Guerra dos Mascates, a Inconfidência Mineira e a Revolta de Beckman.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia. João Ribeiro. Republicanismo. Manual didático.

ABSTRACT: The search for the historical matrixes of Brazilian republicanism was the object of investigation and conflicts among Brazilian intellectuals, especially among those who witnessed and analyzed the development of the political regime in the first decades of its existence. *História do Brasil: curso superior*, written by the intellectual from Sergipe João Ribeiro, it is considered one of the first history teaching manuals to incorporate the national republican ideals in force in the country after the overthrow of the monarchy. The article investigates the role of Ribeiro's intellectual positioning in the construction of a genealogy of the republic in Brazil. The reference text for the analysis is his didactic manual, especially the introductory text written in the year 1900 and the chapters referring to episodes of Brazilian colonial history considered embryos of the republican national spirit, such as Guerra dos Mascates and Inconfidência Mineira.

KEYWORDS: Historiography. João Ribeiro. Republicanism. Textbook.

1. Doutor em história social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pós-Doutorado pela Universidade Livre de Berlin. Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e credenciado como professor do Programa de Pós-Graduação em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História da mesma Universidade. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: rogerio.rodrigues@udesc.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5189-7095>.

Introdução

História do Brasil: curso superior é dessas obras que escapam ao próprio contexto de sua publicação. Isso não quer dizer que ela não seja fruto do seu tempo, mas a sobrevida que possui, marcando sua atualidade mais de um século após sua publicação, nos convida a refletir sobre a capacidade que o autor teve de desenhar algumas feições e fisionomias do Brasil que projetam suas sombras até o nosso presente. Escrito por João Ribeiro e publicado em 1900, esse ensaio histórico alçou voos inesperados. Após meio século de lançamento e em quase 20 edições, o manual de João Ribeiro ainda era adotado em escolas e institutos pelo Brasil. O vigor da interpretação de Ribeiro conseguiu, inclusive, vencer a morte física do homem – falecido em 1934 – e ganhar edições comemorativas e atualizadas, tal como a efetuada por seu filho, Joaquim Ribeiro, no ano de 1953.² Não menos importante foi o reconhecimento e apropriação da obra entre eruditos e historiadores reconhecidos na primeira metade do século XX. *História do Brasil: curso superior* é citado por Manoel Bomfim, Capistrano de Abreu, Vicente Licínio Cardoso, Gilberto Freyre e tantos outros autores alçados à categoria de intérpretes do Brasil.³

Creio que a força dessa obra está na sua inatualidade, ou seja, defendo que João Ribeiro foi capaz de enxergar no escuro, de trair sua época. Suas ideias sobre a república, assim como da participação do povo na constituição de uma cultura política comum, não seguiam os diagnósticos e apostas otimistas da maioria dos intelectuais da sua geração.⁴ Ao analisar a chamada formação histórica do Brasil ele apreendeu antes os vícios que as virtudes da nossa cultura política e, nesse sentido, não via boas perspectivas para o futuro da nação.

Ser ou não ser republicano

O livro foi publicado para celebrar os quatrocentos anos de chegada dos europeus na América. Tratava-se de momento particular, de lutas, apropriações e reavaliações sobre o sentido do passado. Uma maneira de diagnosticar os males do presente e apontar as linhas que caracterizariam os destinos do país. Data desse período a fé nos ideais de progresso e de civilização, impressos, em especial, nos referenciais positivistas que muito afetaram o pensamento intelectual brasileiro. Nessa perspectiva, o destino

2. Em 1964 o livro estava em sua 18. ed. com publicação pela editora Francisco Alves. Para uma apreciação sobre as alterações efetuadas nas edições de *História do Brasil: curso superior*, ver o texto “Notas sobre uma introdução”, de autoria de Rogério Rosa Rodrigues et. All (2015).

3. Para uma apreciação sobre o lugar de João Ribeiro na historiografia brasileira, ver Antônio Fernando de Araújo Sá (2013) e Itamar Freitas e Jane Semeão (2015).

4. Embora mais jovem, João Ribeiro conviveu e dialogou com a chamada geração intelectual de 1870. Faziam parte dessa geração homens como Joaquim Nabuco, Machado de Assis, José Veríssimo, Silvio Romero e tantos outros. Sobre a geração de 1870 ver o trabalho de Ângela Alonso (2002).

de uma nação não estaria mais determinado pelas mãos divinas, tampouco naturalizada por leis imutáveis. Para saber para onde, e a que ritmo rumava o chamado trem do progresso, indicava-se uma volta ao ponto de chegada, nesse caso, para o momento inaugural do Brasil com a colonização portuguesa. O recurso à história se apresentava como poderosa ferramenta de análise e de prognóstico, equação que o historiador Reinhart Koselleck (2006) tão bem identificou ao cunhar a expressão “espaço de experiência e horizonte de expectativas”.

Soma-se ao contexto da efeméride a reavaliação da experiência republicana. Os grupos, sujeitos e ideias em disputa no contexto da derrubada da monarquia se digladiavam no cenário nacional, em especial por meio da imprensa escrita e nas instituições científicas e literárias, tais como Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Brasileira de Letras (ABL)⁵. Inúmeras versões sobre a suposta inaptidão do povo brasileiro para uma democracia representativa de matiz republicana eram colocadas à prova. Os debates dividiam intelectuais favoráveis, críticos e desconfiados.⁶ Não menos conflituosas eram as narrativas sobre os “verdadeiros” protagonistas da implantação da República no Brasil. Republicanos históricos, radicais jacobinos, militares e republicanos de última hora brigavam para saber não apenas quem conduziria o trem da história rumo ao progresso, como também sobre quem deu a partida inicial nessa locomotiva. Conforme demonstrado por Emília Viotti da Costa (2007), até os anos 20 a batalha de narrativas acompanhou as demandas sociais e políticas do país, evidenciando ora um, ora outro grupo sócio-político que tinha testemunhado a ruptura com a monarquia em 1889.

Fazer a genealogia da república localizando seu gérmen no mais recôndito passado era uma das tarefas da historiografia da época. Conforme demonstrou José Murilo de Carvalho (1990), uma vez implantada a república era preciso fabricar os republicanos. O apelo aos símbolos e signos foi uma das estratégias adotadas para formar a alma republicana, mas outros expedientes foram utilizados: investimentos em pesquisa histórica, disciplinarização dos corpos por meio da arte, do esporte e da educação. Nesse contexto, o papel dedicado aos manuais de ensino de história ganhava um grande protagonismo, em especial quando essa ferramenta era produzida em um espaço autORIZADO e reconhecido, como o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Como demonstram pesquisadoras como Gasparello (2004) e Melo (2008), dessa instituição saíam os manuais que formavam jovens estudantes de norte a sul do Brasil, pois uma vez implantado no sistema de ensino desse renomado colégio, o manual era imediatamente abraçado em instituições congêneres no país.

5. Sobre a república e o IHGB, ver Ângela de Castro Gomes (2012), e para os homens de letras do período, as análises feitas por Eliana Dutra (2005).

6. Ver, em especial, Lucia Lippi Oliveira (1990).

Após vir a público em abril de 1900, *História do Brasil: curso superior* foi imediatamente reconhecido e enaltecido por grandes intelectuais da época. Destacava-se tanto a erudição do autor quanto as potencialidades do livro para a formação da consciência histórica da população brasileira, em especial no contexto dos conflitos republicanos vividos no país após a implantação do regime.

Entre os intelectuais que detectaram as potencialidades do manual para a formação do espírito republicano nacional destaca-se Araripe Jr. A crítica que publicou sobre o livro de João Ribeiro virou referência e foi posteriormente incorporada a todas as edições da obra. Diz ele:

Há no livro uma corrente de ideias subterrâneas que se prendem à federação. Por que, francamente, o autor não derivou dos núcleos, que ele tão bem descreveu, no livro V, com as suas idiosincrasias e caracteres étnicos e de educação, a nossa transformação atual? Julgo haver percebido nisso uma tendência, que, mais de uma vez, tenho profligado em conversa com o autor. (ARARIPE JR. Junho de 1900).

Inspetor do Ensino e membro da Academia de Letras, Araripe Jr. possuía destacado trabalho sobre as origens da nacionalidade brasileira a partir da literatura.⁷ O exercício de buscar os antecedentes da nova nação desejada após a Proclamação da República, expor a linha que ligava o presente ao passado de lutas e conflitos, conferia maior legitimidade ao regime. Fazer esse exercício era uma das maiores virtudes que um historiador poderia cultivar em seu tempo.

É nesse sentido que Araripe Jr. reclama na obra de Ribeiro a ausência de um posicionamento mais explícito sobre as origens do federalismo republicano, em especial aquele espírito que fortaleceria o argumento de que o presente provinha de forças antigas, embora muito dispersas e esquecidas. Via-o, subterraneamente, na síntese que o autor fez sobre os núcleos de povoamento que se constituiu historicamente no Brasil e que durante o século XVIII teria delineado suas primeiras feições e fisionomias.

O capítulo em que tais ideias estão desenvolvidas se encontram no item que Ribeiro denominou de “A formação do Brasil”. Ele foi dividido em duas partes; na primeira, denominada história comum, o autor ressaltou os aspectos políticos, administrativos, sociais e culturais que diziam respeito aos elementos gerais existentes no vasto território dominado pela Coroa Portuguesa e que viria constituir o Estado nacional brasileiro. Entre os itens destacados nesse recorte, aparece a administração portuguesa, a zona de criação de gado, as entradas e bandeiras, a escravidão africana, a ação jesuítica e as revoltas chamadas de nativistas. A segunda parte o autor denominou de história

7. Sobre a relação de Araripe Jr., José Veríssimo, Silvio Romero e outros homens de letras de letras que investiram na pesquisa sobre as origens nacionais da literatura brasileira, ver o trabalho de Rodrigo Turin (2005).

local, ou seja, aquilo que se opunha ao comum e contribuiria para que se constituísse no Brasil um conjunto de núcleos com características econômicas, sociais e culturais próprias. Enquanto a primeira parte indicava, desde sua implantação, uma tendência para a unificação do território e consolidação de uma nação, a segunda tendia para a dispersão. E era exatamente sobre ela que Araripe Jr. enxergava algo contemporâneo aos debates políticos acerca da federação e, conseqüentemente, sua capacidade de agir na constituição de uma cultura comum republicana que dialogava com seu tempo, por isso vale a pena explorá-la com mais atenção.

João Ribeiro identificou inicialmente cinco núcleos de povoamento no território brasileiro, cada qual contendo aquilo que Araripe Jr. denominou de idiosincrasias, caracteres étnicos e de educação que apontariam para a nossa vocação federalista. Na introdução do seu manual didático, João Ribeiro afirma: “Indiquei, se me é permitida a expressão que acredito clara, as células fundamentais que por multiplicação formaram todo o tecido do Brasil antigo” (RIBEIRO, 1964, p. 23), são elas:

1º. O extremo norte, tendo Maranhão e Pará, e dentro dele Amazonas; 2º. O norte, com a capitania geral de Pernambuco, incluindo Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas; 3º. Aquele formado pela Bahia com Sergipe, Ilhéus e Porto Seguro; 4º. O Interior, que tem como centro de irradiação São Paulo, que através das atividades dos bandeirantes deu origem a Paraná, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso; 5º. Rio de Janeiro e litoral sul, incluindo Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Cada núcleo apresentava, conforme Ribeiro, um espírito singular:

[...] o da Bahia é o da religião e o da tradição; o de Pernambuco é o radicalismo republicano e extremo de todas as revoluções; o de S. Paulo (Minas e Rio) é o liberalismo moderado; o da Amazônia, demasiado indiano, é talvez o da separação como o é no extremo sul o Rio Grande do Sul. (RIBEIRO, 1964, p. 23).

Esses núcleos seriam aqueles que mais caracterizariam o Brasil em suas configurações e tendências sócio-políticas e culturais. Sua materialização em termos de formação social e cultural Ribeiro identificava de forma bem delineada no final do século XVIII. O que se desenvolveria depois seria tão somente uma reorganização internada dentro desse mesmo modelo, logo, a presença desses núcleos, historicamente constituídos em recorte cronológico e espacial delimitados, servia de referência para que Ribeiro extraísse ideias gerais sobre o passado, mas também explicações para o presente e projeções para o futuro. O presente vivido por João Ribeiro, portanto, provinha desse cruzamento espaço/temporal e assombrava o porvir. A força do passado, em especial a tendência desarticuladora do poder desses núcleos, afirma Ribeiro, impediria o desenvolvimento do Brasil como nação e, mais ainda, como civilização. Ele dizia:

No sentido do povoamento podíamos considerar a formação do Brasil como a de um vastíssimo arquipélago de ilhas humanas que só acham contato pelo caminho do mar. O sertão, as florestas, até alguns rios inavegáveis e principalmente o defeito de escassa colonização, repartem o território em grupos distantes e quase incomunicáveis desde a época colonial. (RIBEIRO, 1964, p. 257).

Essa peculiaridade geográfica é apresentada como argumento para a constituição e consolidação de núcleos locais com forte características próprias, mesmo que inseridas no contexto de uma língua e administração comum conduzida por Portugal. Esse parece ter sido um dos motivos fundamentais do sutil desapontamento de Araripe Jr. com o manual de João Ribeiro. Como ele mesmo destacou, em alguns momentos chegou a reprovar, em conversa com o autor, os motivos de não ousar reconhecer o embrião do federalismo nesses elementos dispersivos tão bem identificados em sua análise histórica.

Isso remete a uma discussão sobre o suposto republicanismo de João Ribeiro e, mais detidamente, acerca do seu importante manual didático como instrumento de formação para o espírito republicano dos jovens estudantes do país. Como Inspetor do Ensino e membro da Academia de Letras, Araripe Jr. acreditava que era tarefa do homem de letras assumir esse papel, em especial quando o produto dessa investigação possuía a potência de fazer a cabeça de jovens estudantes do país em tão larga escala. A hesitação de Ribeiro em exaltar o espírito republicano nacional e, mais ainda, identificar as origens positivas da federação no passado, para exaltá-las no presente, parece sintoma das dúvidas que ele nutria sobre o papel do governo republicano na América em primeiro lugar, mas também do próprio sentido da federação republicana para a constituição de uma nação que se erguesse à categoria de uma civilização.

Os vícios da república

Patrícia Hansen (2000) ressalta a filiação de João Ribeiro ao sistema republicano. Firmada na análise das matérias jornalísticas publicadas pelo intelectual no calor dos acontecimentos que levaram à Proclamação da República, ela afirma que em um dos artigos publicados por João Ribeiro poucos meses antes da queda da monarquia é possível arrancar seu próprio testemunho sobre o assunto. Escreveu Ribeiro:

[...] em toda a pátria existe o embrião sentimental do republicanismo. É preciso desenvolvê-lo, fecundando-o com a palavra, com a doutrina e mesmo com o espetáculo da miséria do funcionalismo e dos votantes que criaram toda a mesquinhez, toda a sordidez que a crise atual revela na mais luminosa evidência”. (Apud HANSEN, 2000, p. 25, artigo de maio de 1889).

Fecundar o embrião sentimental do republicanismo por meio de palavras fundamentadas em pesquisa histórica fazia parte das virtudes epistêmicas (OHARA, 2017) da história no final do século XIX. Tarefa que ia ao encontro da proposta de homens como Araripe Jr. e Silvio Romero. No entanto, Ribeiro já informa que os vínculos entre o embrião e a criança nem sempre eram passivos de elogios e esperanças.

No mês de novembro do mesmo ano da publicação desse artigo (1889), Ribeiro confidenciava em carta particular dirigida a um amigo: “Sou republicano antigo, bem o sabes; mas hoje há tantos republicanos que tenho quase vergonha de declarar-me tal” (apud HANSEN, 2000, p. 28). Segundo Hansen, “JR apoiou os governos militares, manifestando-se sempre e de maneira apaixonada a favor de Floriano Peixoto” (2000, p. 27). O que arrefecera essa paixão a ponto de Ribeiro recusar os conselhos de seu amigo Araripe Jr. a evidenciar os vínculos embrionários entre a república federativa e alguns movimentos históricos do passado colonial brasileiro? O que teria ocorrido no intervalo entre o governo de Floriano Peixoto e o ano de comemoração do quarto centenário da chegada dos europeus na América a ponto de abalar a sua paixão pelo sistema republicano?⁸

Patricia Hansen oferece como hipótese para a mudança a frustração de Ribeiro não conseguir um cargo diplomático que o permitisse fixar-se com a família na Europa⁹; soma-se a isso a compreensão de que as promessas da república, em particular a ideia de progresso e de desenvolvimento, não serem cumpridas passados mais de dez anos de implantação do regime. Como outros do seu tempo – Lima Barreto e Euclides da Cunha, por exemplo –, aquela não era a república prometida.¹⁰

Levando em consideração que algumas alegações do republicanismo de Ribeiro partem da análise do ensaio histórico materializado em *História do Brasil: curso superior*, vale a pena revisitar o próprio documento. Antes de fazê-lo, é importante registrar duas questões: a primeira diz respeito ao fato de que um contemporâneo de Ribeiro – Araripe Jr. – já havia censurado o autor por não ter ousado explicitar os supostos vínculos espirituais entre o núcleo autônomo do Brasil e a federação em curso no país após a Proclamação da República; a segunda questão está relacionada ao fato de que o ensaio histórico de Ribeiro, publicado em 1900, praticamente não se deteve sobre a república no Brasil. As considerações do autor sobre isso são bastante genéricas, ele se contenta em alertar para o fato de que era “muito cedo ainda para escrever a história recente do período republicano, tão agitado pelas questões políticas

8. Algumas hipóteses sobre esse desapontamento foram levantadas e defendidas em artigos recentes. Ver, por exemplo, Rogério Rosa Rodrigues (2015) e Marcos Rambo (2015).

9. Entre 1895 e 1897 João Ribeiro viveu na Europa e se fixou na Alemanha com cargo comissionado pelo então ministro da Educação e obras públicas Araripe Jr. Tenho apontado o impacto dessa experiência alemã na interpretação que João Ribeiro faz de toda cultura histórica brasileira. Ver Rodrigues (2017).

10. Ver Elias Thomé Saliba (2012) e Nicolau Sevcenko (1995).

e militares, ainda agravadas pela turbulência de alguns governos locais” (RIBEIRO, 1964, p. 413).¹¹ Se Ribeiro não se recusou a localizar os chamados embriões sentimentais da república em episódios do passado colonial brasileiro, tampouco exaltou esse espírito nacional que se delineava, a seu ver, de forma complexa e conflituosa. Para isso, vale recorrer a alguns estudos de caso.

Embriões, espírito e tendências

Para tentar demonstrar o posicionamento de João Ribeiro acerca de um suposto espírito federalista republicano no Brasil colonial, proponho retomar a síntese que fez de algumas rebeliões do período colonial: Guerra dos Mascates (1710-1711), Inconfidência Mineira (1789) e Revolta de Beckman (1684). Elas fazem parte de três diferentes núcleos tradicionais do país: Pernambuco, Minas Gerais e Maranhão. Por meio dos posicionamentos de Ribeiro sobre os sentidos dessas experiências do passado é possível especular tanto sobre como interpretava o seu presente quanto à perspectiva de história que se anuncia na análise do historiador.

Ao abordar a revolta dos Mascates em Pernambuco, João Ribeiro opta pelo recurso de personalizar a radicalidade do movimento em um sujeito e, a partir dele, deduz as características espirituais do próprio movimento e extrai dessa análise considerações gerais sobre sublevações populares e sobre os embriões do republicanismo brasileiro. O destaque é dado a Bernardo Vieira de Souza, homem que atuou no massacre do quilombo dos Palmares e que durante o conflito pernambucano, diz Ribeiro, “fez-se chefe dos radicais”. O autor registra ainda que esse personagem “conquanto não pareça merecer o elogio imparcial da história, tem sido considerado um dos precursores da república, o que de fato não se pode negar, pelas suas atitudes libérrimas nessa revolução” (RIBEIRO, 1964, p. 245).

Ao concluir sua apresentação sobre a revolta dos Mascates, ou melhor, sobre o papel de Bernardo Vieira como liderança que encarna os ideais do próprio movimento, João Ribeiro registra “Se quisermos esquecer os crimes de que foi acusado, pode caber-lhe esse título que de qualquer maneira, senão o absolve, pelo menos atrai um pouco de simpatia. Homens de igual violência não eram raros no seu tempo” (RIBEIRO, 1964, p. 245).

Nessa síntese, usada para encerrar o item sobre a revolta dos mascates, o intelectual sergipano atrela o embrião do republicanismo a um sujeito considerado criminoso, oportunista e de tendências políticas radicais. Em parágrafos anteriores chegou

11. Uma análise mais detida sobre a análise do presente na avaliação histórica de João Ribeiro pode ser encontrada no artigo de Marcelo Magalhães e Rebeca Gontijo (2013).

a afirmar que “era natural que esse exaltado procurasse um papel a desempenhar na tragédia da anarquia” (RIBEIRO, 1964, p. 243). Se atribui aos precursores da república esse papel, contrariando a ideia de juventude como republicano de primeira ordem, mantém-se coerente com a proposta de demonstrar que a história se faz com crimes e traições, com loucos e oportunistas, ou seja, ela não é apenas um Prado de glórias e vitórias. Ao fim da análise, ao menos, relativiza a questão ao registrar que o temperamento violento de Bernardo Vieira era comum ao seu tempo. Comum, porém ligado a tendências criminosas e subversivas, quando não bárbaras. Mas isso apenas dissimula sua aversão menos ao personagem individual e mais a insurgências “anárquicas” sem prévio programa político e restauradora da ordem.

Sobre ele João Ribeiro afirma: “era um homem cruel e sanguinário que olhava para a sociedade como para a lepra da escravidão em que ele se corrompera; como todos os grandes desequilibrados, tinha às vezes noções exageradas e falsas do brio e do pundonor” (RIBEIRO, 1964, p. 243). A associação entre a crueldade com as noções falsas do brio e do pundonor é feita de forma a destacar que o contato com escravizados, mesmo que na condição de algoz, teria moldado o caráter de Vieira.

Como citado acima, Bernardo Vieira fora comandante de um regimento enviado para destruir Palmares e isso teria corrompido sua moral. Ele é apresentado como fruto do seu tempo. Determinismos geográficos, análise racista e racializada emergem nas conclusões filosóficas que Ribeiro faz da revolta dos Mascates ao concentrá-la na figura de Bernardo Vieira. Ela nos diz tanto sobre a perspectiva de história de João Ribeiro (ele também um homem do seu tempo) quanto sobre as conexões que ele fazia entre o embrião do republicanismo e a república que vigia em seu tempo. Revela-se também seu pensamento político acerca do papel das revoltas populares na história, seja no passado, seja no seu próprio presente: as revoltas populares, especialmente quando não dirigidas por homens ilustrados, eram vistas por Ribeiro como líderes oportunistas, que sabem canalizar para sua pessoa um descontentamento social, mas que ao fim submete todos aos seus interesses e caprichos. Em alguns casos, tais tendências são adquiridas, defende João Ribeiro, por meio do contágio social. Foi o que ele identificou na postura de Bernardo Vieira e, a partir dele, condenou todo o movimento.

Outro episódio caro aos republicanos ávidos em fazer a genealogia do regime no passado histórico era a Conjuração Mineira.¹² Ribeiro possui grande simpatia por conjurados, maioria poetas e políticos do seu tempo. Ele exalta o espírito ilustrado dos principais personagens ao afirmar: “ali estava o Brasil no escol da sua gente, no que havia de mais elevado e puro” (RIBEIRO, 1964, p. 307). Ao contrário dos supos-

12. Enquanto a Guerra dos Mascates foi incluída no capítulo destinado a formação do Brasil, mais especificamente no item denominado elemento comum, o conflito ocorrido em Minas Gerais fez parte do que João Ribeiro chamou de “Espírito de Autonomia”.

tos “radicais desequilibrados” do porte de Bernardo Vieira, os inconfidentes mineiros seriam homens puros, de caráter elevado, sujeitos dedicados à ciência e à literatura, moldados pela ilustração europeia.

Interessante observar que ele elogia os indivíduos, mas desconfia de insurgências populares, em especial aquelas de caráter subversivo: “toda a revolução republicana, contrária às vistas monárquicas europeias, não teve nem terá no nosso hemisfério outro caminho de asilo e proteção a não ser o do capitólio de Washington” (RIBEIRO, 1964, p. 307). Emerge aqui sua crítica mordaz a uma confederação republicana aos moldes norte-americanos. Por meio dessa frase ele não apenas critica o modelo de república adotado no Brasil, como também o próprio regime em si.

Na sequência da análise João Ribeiro acrescenta: “As repúblicas da América livres nos atos de vida interna, estão, porém, sujeitas à vontade onipotente dos Estados Unidos” (RIBEIRO, 1964, p. 307). Como se vê, a um só golpe ele condena todo o regime republicano e se vale tanto da experiência brasileira quanto latino-americana para fazer sua crítica. Apesar disso, não deixa de exaltar as virtudes intelectuais dos inconfidentes mineiros, em especial no ideal de sociedade que via presente nas produções literárias e políticas de alguns deles.

Para Ribeiro, o motivo para que o Brasil tivesse um destino igual ao das repúblicas latino-americanas não estaria nos projetos e utopias dos líderes da conjuração mineira, mas na base que sustentava tal revolução, por ele identificada como “a massa enorme de mestiços, os senhores e seus escravos”, ou seja, sujeitos que não tinham capacidade de se autogovernar, que por características sociais, raciais, políticas e naturais, historicamente não aprenderam a pensar a si mesmo como povo e como nação. E arrematou: “mas era justamente o servilismo unânime na extensão enormíssima do país que mais que tudo dificultava e impedia o sentimento do interesse comum” (RIBEIRO, 1964, p. 307). Tal como na análise que fez da Guerra dos Mascates, novamente os elementos raciais e geográficos são colocados em primeiro plano para, por meio deles, expor o que considera os limites histórico-culturais do republicanismo à moda norte-americana em desenvolvimento no Brasil.

Voltando aos inconfidentes, o malogro da conjuração mineira é atribuído ao excesso de confiança dos líderes no apoio popular: “habitados às suas vitórias no Parnaso, confundiam o aplauso com a solidariedade e os comparsas do júbilo com os cúmplices da perigosa façanha” (RIBEIRO, 1960, p. 309). Novamente as camadas populares são alvo da desconfiança do intelectual. Para Ribeiro, ainda que a rebelião vingasse, o tipo populacional que emergiu nos vários núcleos do território brasileiro não conseguiria sustentar sua independência em relação a Portugal: o Brasil explodiria em diversas ilhas ou se tornaria um potentado dos EUA. Para ele, o que garantiu unidade nacional foi a figura de um monarca assegurado na constituição.

Apesar de criticar o movimento subversivo dos inconfidentes, mesmo que elogiando as características individuais dos homens que lideraram a revolta, a Conjuração Mineira é apresentada como movimento composto por sujeitos que anunciam um porvir, ou melhor, como homens adiante do seu próprio tempo. Ele acrescenta que os inconfidentes mineiros “Tendo bebido no seio da cultura universal, sabiam que as horas da escravidão da América estavam contadas; mas esta só generalização filosófica não bastava para levantar o exército libertador” (RIBEIRO, 1964, p. 309).

Os inconfidentes foram instrumentos do destino capazes de anunciar o espírito de autonomia que estava por vir, mas que também não souberam calcular que seus sonhos de liberdade estavam condenados a malograr, afinal, justificava Ribeiro, eram eles antes poetas-filósofos que homens práticos. De forma um tanto poética ele sintetiza essa ideia ao identificar os inconfidentes como “soldados que a fatalidade tornara gerais inábeis” (RIBEIRO, 1964, p. 308).

Ao tratar da chamada rebelião de Beckman, no Maranhão, João Ribeiro volta a declarar sua aversão a sublevações populares. Ele registrou: “Ao cabo de algum tempo, muitos atemorizados queriam que se voltasse à submissão legal. A revolução não realizara as esperanças dos seus próceres e nem a alentava a simpatia vulgar que tais golpes de audácia soem despertar” (RIBEIRO, 1964, p. 226). Para ele, os ideais revolucionários não resistiam ao tempo, visto que em breve período revelavam o flerte com a “anarquia”, os crimes e a incompetência política que mais fazia em defender interesses particulares que públicos.

Após acompanhar as minúcias da rebelião no Grão Pará e firmar seu olhar para os conflitos, crimes e dificuldade de governo nessa região, registrou o que considerou ser um legado filosófico daquela experiência histórica ao afirmar: “Pouco teve que fazer contra a revolução, já dissolvida e desmoralizada. Um ano de governo é sempre demais para um regime revolucionário; promessas e ambições, que o tumulto e a anarquia favoreceram, agora, mal satisfeitas ou desenganadas pediam a volta da ordem social” (RIBEIRO, 1964, p. 226-227).

Como pode ser observado, o tratamento dado à Revolta dos Mascates e à Conjuração Mineira é bem desigual. Condena-se o radicalismo, as bases populares e o caráter da liderança no episódio pernambucano e elevam-se os sujeitos e os seus ideais particulares entre os mineiros. Essa estrutura de pensamento se repete quando trata do caso maranhense. Ribeiro desconfia da capacidade dos habitantes do Brasil, identificados como mamelucos,¹³ pensar e atuar como um povo, gerir e administrar coletivamente uma comunidade com base em princípios democrático-liberais.

13. Para uma discussão sobre o sentido de miscigenação racial na obra de João Ribeiro, merece destaque a análise feita por Patrícia Hansen (2000).

Resistente a positivar esses movimentos como fundamento da república vivida por si, Ribeiro prefere anunciar as revoltas do período colonial antes como tragédia do que como prelúdio alvissareiro do futuro republicano do país. Nesse sentido, parece antecipar os vícios da cultura política brasileira, tal como aparecerá décadas mais tarde em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Como pano de fundo para as denúncias que tece sobre as insurgências do período colonial, em especial as que ousaram atacar a ordem política e social vigentes, está sua desconfiança na incapacidade de parcela das lideranças populares e populistas pensar no bem comum, olhar pra além do seu clã, estabelecer, administrar e manter uma nova ordem que primasse não só pela estabilidade, como para o exercício de direito da maioria. O problema não estaria tanto no contexto imediato de cada revolta, mas na constituição de uma herança cultural e política que emergia da própria formação interna do Brasil, em especial a forma como os primeiros colonizadores tiveram que, sozinhos, lidar com as intempéries da colonização. Essa perspectiva fala do passado, mas também de uma tradição que se prolonga no século até se materializar na mentalidade das oligarquias republicanas do tempo de João Ribeiro. As mesmas que dificultavam a constituição de um país de pleno direito, justiça e liberdade para a nação.

Considerações finais

João Ribeiro pagou seu tributo pelas escolhas que fez. Decepcionado com o presente e pessimista em relação ao futuro, dirigiu-se ao passado para diagnosticar as raízes dos vícios da república. No contexto de expectativas sobre a implantação do regime republicano no Brasil, escreveu uma síntese da história brasileira com severas críticas ao ideal político liberal republicano, em especial o de viés norte-americano. Valeu-se da história para demonstrar que o Brasil possuía um “espírito” que não condizia com o bem comum. Que essa sempre fora uma imposição que vinha de forças “supra-históricas”, como a monarquia ou grandes lideranças ilustradas. Defendia que tais forças cumpriam o papel de equilibrar os espíritos radicais e anárquicos que teimavam em aparecer no Brasil desde os tempos coloniais.

Em sua perspectiva, ainda que o país tivesse condições de se desenvolver economicamente, não via possibilidade de que espiritualmente, ou moralmente, essa tendência caminhasse no mesmo ritmo. O Brasil não alcançaria os ideais de civilização do velho mundo porque havia força histórica que o impedia a isso.

Afirmava que nossa formação, em especial a mistura de raças, o relaxamento das leis, o papel assumido pelas famílias, o caráter dos colonizadores portugueses, a dimensão continental do Brasil, ensinaram antes a defesa de interesses próprios, fir-

mados nos vínculos familiares e oligárquicos, que no bem comum. As experiências de rebeldia do passado poderiam até ter contribuído para a constituição da república, mas seguramente apontavam antes para os seus vícios que para suas virtudes.

Referências

- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. João Ribeiro, filólogo e historiador. In: RIBEIRO, João. *História do Brasil: curso superior*. 15. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2007.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- FREITAS, Itamar; SEMEÃO, Jane. O objetivismo ribeiriano e o valor historiográfico do presente. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. *Nos desvãos da história: João Ribeiro*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e Fisionomia. A história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto 2006.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza e Gontijo, Rebeca. O presente como problema historiográfico na primeira república em dois manuais escolares. *Revista História Hoje*, v. 2, nº 4, 2013. Disponível em <https://rhjh.anpuh.org/RHHJ/article/view/91> Acesso em 25 de junho de 2020.
- MELO, Ciro Flavio de Castro Bandeira de. *Senhores da história e do esquecimento. A construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- OHARA, J. R. M. Virtudes Epistêmicas na Prática do Historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 9, n. 22, 31 jan. 2017.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RAMBO, Marcos Alberto. O pão amargo da vida independente: João Ribeiro entre a monarquia e a república. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. *Nos desvãos da história: João Ribeiro*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil: curso superior*. 18. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964.
- RODRIGUES, Rogério Rosa. João Ribeiro e Heinrich Handelmann: diálogos subterrâneos. In: BENTIVOGLIO, Julio e NASCIMENTO, Bruno César (Orgs.). *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX*. Serra/ES: Editora Milfontes, 2017.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Notas sobre uma introdução. In: *Nos desvãos da história: João Ribeiro*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Traços biográficos de João Ribeiro ou as muitas faces de João. *História*, Franca, v. 32, n. 1, p. 377-400, 2013.

SÁ, Antonio Fernando de Araújo. João Ribeiro e a historiografia brasileira. In: *Capítulos da historiografia sergipana*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012.

SALIBA, Elias Thomé. As apostas na República. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *A abertura para o mundo 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.